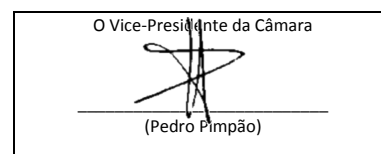




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



CONCURSO PÚBLICO

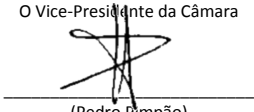
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS PARA O MUNICÍPIO DE LOULÉ

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a contratação de serviços de comunicações fixas e móveis para o Município de Loulé, conforme descrito na Parte II do presente caderno de encargos.

ARTIGO 2º

REPRESENTANTES DAS PARTES

- 1- O Município de Loulé designará os representantes que procederão ao acompanhamento da execução do contrato e que servirão de interlocutores com o gestor de serviços designado pelo adjudicatário.
- 2- Apenas as solicitações emitidas pelos representantes nomeados para o efeito, obrigarão o Município de Loulé.
- 3- Qualquer alteração nos representantes, de qualquer das partes, deverá ser comunicada por escrito, à outra parte.

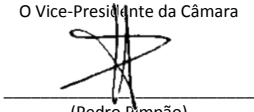
ARTIGO 3º

CONTRATO

- 1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

ARTIGO 4º

DURAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1- O contrato vigorará até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor total da proposta adjudicada ou pelo prazo de 24 meses, a contar da data de entrada em vigor do contrato, consoante o que ocorra em primeiro lugar.

2- No caso de nenhuma das partes se pronunciar em contrário com pelo menos 30 dias de antecedência, relativamente ao prazo de 24 meses referidos no ponto anterior, o contrato será automaticamente renovado pelo período de mais 12 meses ou até que se esgote o valor total da adjudicação, consoante o que ocorra em primeiro lugar.

3- Caso o valor adjudicado não seja atingido durante o período de 24 meses ou de 36 meses, conforme previsto nos pontos 1 e 2 do presente artigo, a contar da data de entrada em vigor do contrato, este caducará automaticamente no término desse período.

ARTIGO 5º

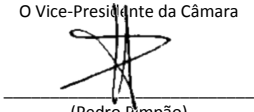
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos e seus anexos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) O adjudicatário fica obrigado a executar todos os serviços indicados, dentro do âmbito do contrato, durante o período de vigência do mesmo;
- b) O adjudicatário fica obrigado a prestar o serviço de comunicação móvel e fixo, conforme definido no presente Caderno de Encargos, bem como demais documentos contratuais;
- c) O adjudicatário fica obrigado a comunicar, antecipadamente, ao Município de Loulé os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- d) O adjudicatário fica obrigado a prestar assistência técnica em caso de deficiência do serviço, ou outros, no prazo máximo de 48 horas úteis;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

- e) O adjudicatário fica obrigado a tempos de resposta no máximo de 24 horas seguidas em caso de quebra de serviço;
- f) O adjudicatário fica obrigado a prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que a prestação de serviço é prestada, ministrando todos os esclarecimentos que se justifiquem no prazo indicado pelo Município de Loulé;
- g) O adjudicatário fica obrigado a reduzir automaticamente os preços dos serviços, em função de alterações determinadas pela entidade reguladora, ICP – ANACOM, durante o período de vigência do contrato;
- h) O adjudicatário fica obrigado a comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, que altere a sua denominação social, os seus representantes legais, com relevância para a prestação dos serviços e para a execução contratual;
- i) O adjudicatário fica obrigado a comunicar ao Município de Loulé a identificação do gestor de serviços responsável pelo contrato, respetivos contactos e quaisquer alterações relativamente ao mesmo.
- j) O adjudicatário fica obrigado a suportar as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega.

2- A título acessório, o adjudicatário, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, e materiais que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3- O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante e decorrentes de quaisquer erros ou omissões da prestação dos serviços.

4- O adjudicatário é responsável por garantir todos os serviços necessários ao fornecimento dos serviços propostos, sem custos adicionais para a entidade adjudicante, nomeadamente a instalação de todos os acessos (Acessos SIP, primários, linhas analógicas, etc.). Não podem ser cobrados à entidade adjudicante nenhuns serviços de instalação/migração/ativação/alteração/deslocações.

ARTIGO 6º

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1- O adjudicatário fica obrigado a prestar assistência técnica em caso de deficiência do serviço, ou outros, no prazo máximo de 48 horas úteis, a contar da data e hora da notificação da ocorrência.


2- O adjudicatário fica obrigado a prestar assistência técnica em caso de quebra de serviço, no prazo máximo de 24 horas seguidas, a contar da data e hora da notificação da ocorrência.

3- Em caso de furto dos equipamentos móveis, o adjudicatário providenciará a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 horas úteis, a contar da data e hora da notificação da ocorrência.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

4- Em caso de avaria dos equipamentos o adjudicatário obriga-se a substituir os mesmos, sem custos para o Município de Loulé, pelo período de tempo necessário à reparação.

5- As reparações e substituições dos equipamentos móveis são da responsabilidade do adjudicatário;

6- A substituição de equipamentos prevista nos nº4 e nº 5 tem de ocorrer no prazo máximo de 24 horas após comunicação do pedido ao adjudicatário, e será efetuada através de equipamento equivalente.

ARTIGO 7º

SIGILO

1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Loulé, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou por força da execução do contrato.

2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3- Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4- O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

ARTIGO 8º

PREÇO CONTRATUAL

1- Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

deslocação de meios humanos; despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais; despesas de instalação, migração, ativação e alteração de serviços; bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3- Não podem ocorrer aumentos durante o decurso do contrato, devido à transição de ano civil ou de quaisquer outros fatores.

ARTIGO 9º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2- Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar mensalmente e de forma separada faturas respeitantes às várias situações contratadas designadamente, a rede fixa, a rede móvel, a rede de dados e outros serviços contratados. A faturação deve conter informação detalhada e ser permitido o acesso a extrato online.

3- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

ARTIGO 10º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento do tempo de resposta, para restabelecimento do serviço, em caso de quebra ou deficiência do mesmo, até 5% do valor do contrato por cada dia de atraso;
- b) Pelo incumprimento do tempo de resposta, na assistência técnica em caso de deficiência do serviço, ou outros, até 2,5% do valor do contrato por cada dia de atraso;
- c) Pelo incumprimento relativamente aos equipamentos terminais, nomeadamente a disponibilização em caso de avaria, de equipamento equivalente sem encargos adicionais, num prazo de 24 horas, após a comunicação da ocorrência, será aplicada uma pena pecuniária de € 15,00 (quinze euros) por cada dia de atraso.

2- Em caso de incumprimento do contrato, por incumprimento do adjudicatário, o Município de Loulé pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

3- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Loulé tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4- O Município de Loulé pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

5- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o Município de Loulé exija uma indemnização pelo dano excedente.

ARTIGO 11º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

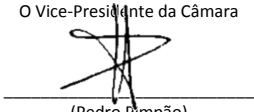
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 12º

RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário;
- b) Incumprimento das obrigações definidas para o adjudicatário no presente caderno de encargos;
- c) Quebra no serviço por período superior a 24 horas seguidas.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 13º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 14º

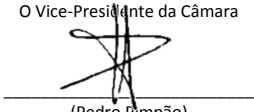
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 15º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 16º

PREÇO BASE

O preço base do procedimento é **€ 170.316,00** (cento e setenta mil, trezentos e dezasseis euros), e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do concurso.

ARTIGO 17º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

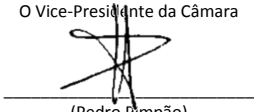
ARTIGO 18º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. OBJETO DO CONTRATO

Tem o Município de Loulé a pretensão de adquirir serviços de comunicações fixas e móveis de voz de dados, onde se inclui uma solução de comunicações VPN (Virtual Private Network) Fixa/Móvel, que permita obter uma rede privada de voz para o Município, e conforme melhor se detalha ao longo do presente caderno de encargos (na solução a fornecer há que ter em especial conta a situação particular do Quartel dos Bombeiros).

Essa solução deverá ser constituída por extensões telefónicas móveis e fixas, a funcionar em perfeita integração com o servidor de voz IP do Município, Call Manager 11.0.1.21900-11 da Cisco.

Os serviços de comunicações móveis preveem, para além da voz, a possibilidade de transmissão de dados via SMS, MMS, GPRS, UMTS e LTE.

2. DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente caderno de encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

- a) **Cartão SIM** (Subscriber Identification Module) – Cartão Identificador do Subscritor do Serviço;
- b) **CAT** – Centro de Apoio Técnico da entidade prestadora do serviço;
- c) **Disponibilidade da rede** – Tempo durante o qual é possível efetuar e receber chamadas e/ou enviar dados entre dois equipamentos terminais, calculada em termos de percentagem sobre o tempo total considerado;
- d) **Equipamento terminal** – Dispositivo eletrónico para acesso à infraestrutura de rede da entidade prestadora do serviço;
- e) **Intraconta** – Qualquer tipo de comunicações (voz, SMS, MMS) entre as redes fixas e móveis (em qualquer dos sentidos), dentro da rede móvel e dentro da rede fixa, nas redes contratadas pela entidade adjudicante à entidade prestadora do serviço;
- f) **Nível de Serviço** – Utilizado para designar Service Level Agreement (SLA): contrato que especifica os níveis de serviços ou standards de desempenho que a entidade prestadora do serviço se compromete a prestar a uma determinada entidade adjudicante, nomeadamente, a disponibilidade da infraestrutura e comunicações, confidencialidade, segurança dos dados, etc;
- g) **On-Net** – Comunicações realizadas dentro da rede do prestador do serviço;
- h) **Off-Net** - Comunicações realizadas para outras redes externas à rede do prestador do serviço;
- i) **Portabilidade** – Serviço de rede que permite que um número originalmente atribuído pelo ICP – ANACOM a um dado prestador do serviço seja transportado para outro prestador do serviço;
- j) **Privação de serviço** – Indisponibilidade de rede que prive utilizar serviços que estão no âmbito do



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

objeto do contrato;

- k) **Serviço de dados** - serviço de transporte de dados, permitindo a qualquer utilizador, através de equipamento apropriado, enviar e receber dados para outro ponto terminal;
- l) **DDI** – Direct Dial In (Marcação Direta de Extensões);
- m) **MMS** - Multimedia Messaging Service (Serviço de Mensagens Multimedia);
- n) **SMS** - Short Message Service (Serviço de Mensagens Curtas).
- o) **IP** – Internet Protocol (protocolo internet)
- p) **SIP** – Session Initiation Protocol (protocolo de iniciação de sessão)
- q) **SIP Trunk** – Linhas de voz por IP.

3. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

O prestador de serviços deverá cumprir os requisitos funcionais e técnicos mínimos definidos na Lei das Comunicações eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual) e demais legislação aplicável.

3.1. COMUNICAÇÕES FIXAS

O Município possui, atualmente, um acesso SIP trunk sobre circuito de fibra ótica, com uma largura de banda mínima de 50Mbps, disponibilizando 200 canais de comunicação de voz.

O Município pretende manter as comunicações SIP atuais, ou outra tecnologia equivalente, devendo o circuito principal de 200 canais a fornecer pelo adjudicatário ser por fibra ótica e disponibilizar uma solução redundante sobre tecnologia diferente (atualmente utiliza um circuito de cobre, com 2 Mbps de largura de banda), com 15 canais como backup das comunicações, para o caso de falha do circuito principal.

Pretende-se, também, manter a gama de DDI's actual, nomeadamente 400 DDI's (289400600 a 289400999).

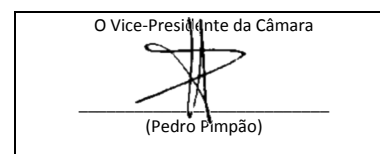
O Município de Loulé também pretende manter em funcionamento a solução centralizada de envio e receção de faxes, a qual funciona atualmente sobre comunicações SIP, que disponibiliza o funcionamento em simultâneo de 5 canais e uma linha analógica, onde se pretende manter os 10 DDI's (289245400 a 289245409) e o número 289415557, respetivamente.

Estas soluções deverão ser entregues nos Paços do Concelho, sito na Praça da República em Loulé.

Deverá ainda ser considerada a interligação à VPN de 8 circuitos alugados ou outra tecnologia, que permita ao Município comunicar entre 8 locais remotos, não ligados à rede de fibra ótica do Município, nomeadamente ao Call Manager. Assim, pretende interligar pela VPN, preferencialmente através de extensão, os locais:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



CIRCUITO	NÚM. ATUAL	LOCALIZAÇÃO
1	289419048	Guarda nacional Republicana (GNR) - Travessa Charles Bonett (GPS 37.138087, -8.025406)
2	289414770	Mini-Golf – Parque Municipal de Loulé – Av. 25 de Abril em Loulé (GPS 37.143882, -8.018568)
3	289416017	Estádio Municipal de Loulé – Rua Sebastião Cordeiro em Loulé (GPS 37.134018, -8.016664)
4	289416334	Museu do Castelo – Rua D. Payo Peres Correia em Loulé (GPS 37.139560, -8.023551)
5	289147714	Cemitério – Rua Humberto Pacheco em Loulé (GPS 37.133181, -8.031588)
6	289419349	Estaleiro de Obras – Zona Industrial de Loulé (GPS 37.128035, -8.037140)
7	289098240	Ermida N. S. da Conceição - Rua D. Payo Peres Correia em Loulé (GPS 37.139681, -8.023338)
8	289417193	Convento de St. António – Rua N. S. da Piedade em Loulé (GPS 37.141349, -8.031684)

Relativamente às comunicações fixas dos Bombeiros Municipais de Loulé, pretende-se manter o ½ (meio) primário e os 20 DDI's (gama de DDI's: 289400560 a 289400579), devendo os mesmos ser entregues no Quartel dos Bombeiros Municipais de Loulé, sito na Rua Humberto Pacheco em Loulé. É pelo ½ primário que entram e saem todas as comunicações do Quartel dos Bombeiros Municipais de Loulé.

Mais informamos, que o Quartel dos Bombeiros Municipais de Loulé tem uma ligação por fibra ótica até ao Data Center do Município através da qual comunica com o servidor interno de voz sobre IP (call manager), no entanto, tem a capacidade (via gateway já instalado e configurado) de entrar em modo de sobrevivência em caso de quebra dessa ligação por fibra ótica, mantendo em pleno as comunicações quer internamente (dentro do quartel) quer com o exterior.

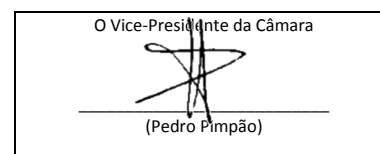
3.1.1 REQUISITOS DAS COMUNICAÇÕES FIXAS

1 - Os serviços de comunicações fixas de voz, devem cumprir os seguintes requisitos funcionais mínimos:

- Garantir a faturação ao segundo a partir do primeiro minuto;
- Disponibilizar a informação de faturação e consumo cumprindo, no mínimo, os níveis obrigatórios estabelecidos pelo ICP-ANACOM;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



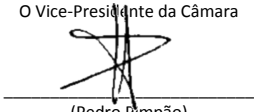
- c. Garantir a possibilidade de barramento de chamadas de voz para os diversos tipos de acessos disponibilizados, incluindo a possibilidade de barramento apenas para destinos móveis e/ou chamadas de valor acrescentado;

2 - O prestador de serviços de comunicações de voz, obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos mínimos:

- a) Garantir a portabilidade da numeração existente, se necessário, no universo da entidade adjudicante, sem custos associados;
- b) Assegurar a capacidade de efetuar e receber chamadas de voz de e para qualquer número pertencente ao Plano Nacional de Numeração (PNN) em vigor;
- c) Assegurar a capacidade de efetuar e receber chamadas de voz de e para qualquer rede de telecomunicações internacional que utilize numeração válida e reconhecida internacionalmente pelas entidades competentes;
- d) Garantir a possibilidade de disponibilização de acessos analógicos, RDIS primários (PRI), RDIS básicos (BRI) e circuitos IP com largura de banda adequada, nos interfaces e conectores especificados pelas entidades adquirentes, em função das suas necessidades de escoamento de tráfego de voz, assegurando a compatibilidade com a rede interna existente;
- e) Garantir que as comunicações de voz, independentemente da tecnologia de suporte, ocorrem em tempo real e apresentam a qualidade prevista e reconhecida nas normas internacionais, por via de um controlo adequado dos parâmetros de compressão, largura de banda, contenção, latência e *jitter* dos circuitos que suportam as comunicações de voz;
- f) Assegurar a disponibilidade anual do serviço de voz no mínimo de 99,90%, independentemente da opção tecnológica adotada devendo, se necessário, incluir mecanismos de securitização dos serviços;
- g) Garantir que o tempo médio anual de reposição do serviço de voz afetado após participação da anomalia por parte da entidade adquirente não exceda o máximo de 4 (quatro) horas seguidas (HS).



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

3.2. COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE VOZ, SMS e MMS

O Município pretende manter ativos 350 cartões de telemóvel/smartphones/centrais de alarme, podendo este número variar ao longo do contrato conforme as necessidades do Município (sem prejuízo de se garantir uma média de cartões ativos ao longo de todo o contrato não inferior a 350), não podendo ser faturados quaisquer valores pela rescisão/desativação ou ativação de novos cartões.

Sempre que for necessária a ativação de uma 2ª via de um cartão GSM de voz ou dados, por extravio, roubo ou outros, o adjudicatário não poderá cobrar quaisquer valores pela mesma.

Sempre que sejam adquiridos novos números de cartão, estes deverão ser incluídos no contrato celebrado ao abrigo do presente procedimento concursal.

O contrato a celebrar, engloba ainda o fornecimento de equipamentos aos utilizadores, através da atribuição de um plafond pelo adjudicatário, para gestão ao longo da duração do contrato. O plafond a atribuir pelo adjudicatário não poderá ser inferior a 25.000€ (vinte e cinco mil euros), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, e faz parte da fórmula do cálculo do Fator Plafond em equipamentos do critério de adjudicação.

No final da vigência do contrato os equipamentos ficarão na posse do Município, devendo o adjudicatário fornecer os códigos de desbloqueio dos mesmos caso estejam bloqueados à rede do prestador de serviços.

Na sua proposta, o adjudicatário deverá considerar a permanência dos 350 cartões SIM de voz.

O adjudicatário deverá fornecer o(s) equipamento(s) solicitado(s) pelo Município, independentemente da marca e modelos pedidos, desde que constem na lista de equipamentos a disponibilizar regularmente pelo prestador de serviços ao Município de Loulé, e que respeite o plafond adjudicado.

3.2.1. REQUISITOS DAS COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE VOZ, SMS e MMS

1. O prestador de serviços não pode, em caso algum, estabelecer o pagamento de componentes fixas, designadamente a título de assinaturas, para qualquer dos serviços móvel de voz, SMS ou MMS a prestar.
2. A tarifação no tráfego de Voz “intraconta” (também designado por VPN) (Origem Rede Móvel – Terminação Rede Móvel) e no tráfego SMS “intraconta” (Origem Rede Móvel – Terminação Rede Móvel) é de 0,00€.
3. A tarifação no tráfego de Voz “intraconta” (Origem na rede fixa (SIP Trunk ou tecnologia como acessos primários) – Terminação Rede Móvel ou Fixa) é de 0,00€.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

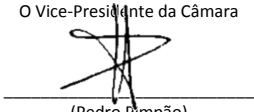
O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

4. A tarifação no tráfego de Voz “intraconta” (também designado por VPN) (Origem Rede Móvel – Terminação Rede Fixa ou Móvel – numeração que faz parte dos DDI’s) é de 0,00€.
5. Os equipamentos necessários para utilização do serviço contratado deverão ser disponibilizados à entidade adjudicante até ao preço máximo indicado na sua proposta, sendo esse mesmo valor na sua totalidade subtraído ao plafond indicado para o efeito.
6. O prestador de serviços obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:
 - a) Discriminar nos planos de preços as chamadas de voz efetuadas e recebidas, mensagens enviadas e recebidas e transmissão de dados por zonas geográficas;
 - b) Garantir a portabilidade de numeração, se necessário, para todos os serviços existentes no universo da entidade adjudicante sem qualquer custo;
 - c) Garantir o acesso aos serviços discriminados no presente Caderno de Encargos;
 - d) Faturação ao segundo a partir do 1º minuto;
 - e) Unidade de faturação de dados máximo 100 KB;
 - f) Garantir a possibilidade de barramento de chamadas;
 - g) Possibilitar a atribuição de plafond zero até um máximo de 15 cartões em simultâneo. Nestes casos os cartões ficam limitados à realização de chamadas de voz e envio de SMS e MMS dentro da VPN (só com possibilidade de chamadas intraconta) e números especiais gratuitos como por exemplo o 112, mas com possibilidade de receber chamadas de qualquer rede;
 - h) Garantir a possibilidade da entidade adjudicante estabelecer um valor máximo (plafond) de comunicações, em múltiplos de 5€, a atribuir a cada cartão SIM e sem consumos mínimos obrigatórios (fixo e móvel para voz e dados);
 - i) Garantir a possibilidade de, por opção da entidade adjudicante, após se ter atingido o valor máximo a que se refere a alínea anterior, os custos subsequentes serem suportados pelo utilizador, originando o envio de uma mensagem curta (SMS) ao utilizador para que este, caso queira, possa efetuar um carregamento através da rede multibanco. No caso de o utilizador fazer algum carregamento (extra plafond), o tarifário a aplicar aos consumos realizados com esse valor (extra plafond) deverá ser o mesmo que o aplicado ao valor do plafond patrocinado pelo Município.
 - j) Ultrapassado o valor máximo indicado na alínea h) o utilizador não poderá deixar de receber qualquer chamada, tão pouco deixar de comunicar (voz, sms e mms) para qualquer outro equipamento intraconta;
 - k) As soluções devem fornecer funcionalidades de limitador ou avisador de que o valor máximo de comunicações estabelecido pela entidade adjudicante está a ser atingido;
 - l) Garantir que a gestão de *plafonds* possa ser efetuada com periodicidade mensal;
 - m) A solução deve permitir a inibição do serviço de *roaming e internacionais*.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

- n) A solução deve permitir a inibição de serviços e chamadas de valor acrescentado.
- o) Na utilização em *roaming* os tarifários deverão discriminar o consumo por zonas geográficas;
- p) Possibilitar diferenciação da atribuição de plafonds para chamadas, SMS e MMS nacionais e de plafond para chamadas, SMS e MMS em roaming;
- q) Disponibilizar plataforma Web para envio de SMS's de acordo com as condições financeiras incluídas na sua proposta; Esta plataforma Web deve permitir também o envio de SMSs através de WS (Web Services), que serão disponibilizados pelo adjudicatário de forma a permitir a integração com outros sistemas;
- r) Ter disponível para fornecer, terminais (telemóveis, smartphones, etc) com diversas opções em termos de marcas, modelos e sistemas operativos, atualizados tecnologicamente e largamente divulgados no mercado;
- s) Disponibilizar à entidade adjudicante, com periodicidade mínima trimestral, novos catálogos/listas sobre os equipamentos referidos na alínea anterior, com indicação do preço máximo para aquisição.
- t) Disponibilizar à entidade adjudicante, via plataforma web, acesso a área reservada, para análise detalhada da faturação.

3.3. DADOS

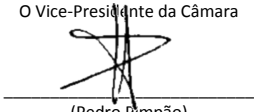
Pretende o Município de Loulé a manutenção de 60 cartões de dados para utilização em tablets, PEN's, routers Wi-Fi, ou outros, associados a pacotes de dados mensais, sendo atualmente 36 cartões de banda larga de 15 GB e 24 cartões de banda larga de 7 GB. O Município de Loulé também pretende manter ativo o serviço de acesso a dados em telemóveis (cartões de voz), onde atualmente 112 cartões estão associados a pacote de 3 GB mensais e 2 cartões com pacote de 15 GB mensais.

O prestador de serviços deverá apresentar preço para diversos pacotes de dados conforme consta na tabela 1 do presente Caderno de Encargos.

O valor mensal a pagar nos pacotes de dados deverá ser fixo, excluindo o valor dos dados em roaming nos países onde ainda há custos associados.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

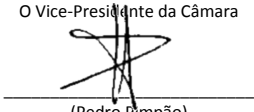
3.3.1. REQUISITOS DAS COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE DADOS

1. O prestador de serviços obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:
 - a) Unidade de faturação máximo 100 KB;
 - b) A solução deve permitir a inibição do serviço de voz;
 - c) Garantir o acesso aos serviços discriminados no presente Caderno de Encargos;
 - d) Garantir a possibilidade da entidade adjudicante estabelecer um valor máximo mensal de comunicações (pacote de dados) a atribuir a cada colaborador;
 - e) As soluções devem fornecer funcionalidades de limitador ou avisador de que o valor máximo de comunicações estabelecido pela entidade adjudicante está a ser atingido;
 - f) Na utilização em roaming os tarifários deverão discriminar o consumo por zonas geográficas;
 - g) A solução deve permitir a inibição do serviço de roaming.
 - h) A solução deve permitir a inibição de serviços de dados de valor acrescentado.
 - i) Ter disponível para fornecer, terminais e acessórios (tablets, PEN's, routers Wi-Fi, etc) com diversas opções em termos de marcas, modelos e sistemas operativos, atualizados tecnologicamente e largamente divulgados no mercado;
 - j) Disponibilizar à entidade adjudicante, com periodicidade mínima trimestral, novos catálogos sobre os equipamentos e acessórios referidos na alínea anterior, com indicação do preço máximo para aquisição.
2. O serviço de comunicações móvel de dados poderá ser utilizado nos seguintes casos:
 - a) No mesmo equipamento terminal utilizado para as comunicações móveis de voz, com um único cartão SIM;
 - b) Num equipamento móvel do tipo tablet, a fornecer pelo prestador de serviços, com um cartão SIM específico para o efeito;
 - c) Num modem específico para comunicações móveis de dados com interface USB e formato PEN;
 - d) Em qualquer outro equipamento que necessite de acesso a dados (router Wi-Fi, equipamento com GPS, quiosque multimédia, etc);
3. Os equipamentos necessários para utilização do serviço contratado deverão ser disponibilizados à entidade adjudicante ao preço máximo indicado na sua proposta, sendo esse mesmo valor na sua totalidade subtraído ao plafond indicado para o efeito.
4. O número anterior não se aplica aos equipamentos modem específico para comunicações móveis de dados com interface USB e formato PEN. Estes equipamentos deverão ser fornecidos sem qualquer custo adicional, com quantidade igual até ao limite máximo do número de cartões de dados móveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

3.4. SERVIÇO DE ENVIO ONLINE DE MENSAGENS (SMS'S)

Pretende este Município, a manutenção da contratação de 5 (cinco) serviços de mensagens em plataforma web ou equivalente.

O Serviço a contratar, deverá permitir o envio em simultâneo de várias mensagens, devendo salvaguardar os seguintes requisitos:

- Contemplar 1 ou mais administradores;
- Permitir diversos utilizadores;
- Permitir grupos de destinatários;
- Receber relatórios de entrega;
- Elaborar diversos tipos de relatórios (histórico) de atividade do programa;
- Identificar o utilizador que enviou as mensagens.

Na fase de apreciação das propostas e para efeitos de verificação técnica por parte do Município, o concorrente deverá facultar um utilizador e respetiva password de acesso à plataforma.

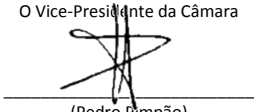
4. NÍVEIS DE SERVIÇO

Sem prejuízo de outros níveis de serviço fixados no presente procedimento, o prestador de serviços deve cumprir os seguintes níveis de serviço mínimos:

- a) Nomeação de um gestor de conta, afeto à gestão do contrato;
- b) Garantir um CAT com atendimento geral disponível 24 horas que garanta um tempo médio de atendimento por trimestre inferior a 10 minutos;
- c) Disponibilização de equipamento equivalente em caso de avaria dos equipamentos terminais, sem encargos adicionais, até 24 horas após a comunicação da ocorrência ao CAT;
- d) Garantir uma taxa de avarias em terminais inferior a 10% por trimestre;
- e) Garantir que o tempo máximo total de privação do serviço contratado é inferior a 8 horas por ano;
- f) Garantir que o tempo médio de privação do serviço contratado é inferior a 1 hora por ano;
- g) Garantir que o tempo entre privações do serviço é superior a 12 horas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A solução a apresentar pelo adjudicatário, terá de responder a todos os requisitos identificados no ponto 3 (Requisitos da Solução) destas Cláusulas Técnicas, sob pena de exclusão da proposta.

No caso das comunicações por cartão GSM, o adjudicatário deverá considerar a situação de plafond's a atribuir aos números de telemóvel que o Município indicar. Aos números plafonados, indicará o Município o valor a aplicar e deverão funcionar dentro da VPN.

O Município, na situação de cartões com plafond em comunicações de voz, SMS's e MMS's, só pagará o valor em comunicações efetivamente realizadas pelos utilizadores. No caso de o utilizador ultrapassar o valor máximo do plafond atribuído (valor patrocinado pelo Município) sem que tenha havido o pedido expresso por parte do Município para que tal pudesse acontecer, o adjudicatário só pagará até ao valor determinado como plafond.

Deverá entender-se como chamadas da rede fixa, as chamadas efetuadas pelo servidor de voz do Município, dos Bombeiros Municipais de Loulé e dos circuitos alugados constantes do ponto 3.1.

Deverá a solução proposta, permitir o barramento por VPN ou por extensão VPN, de números proibidos, ou listas de números proibidos.

Só serão admitidas propostas, formuladas por operadores de comunicações eletrónicas, que atuem à escala nacional.

Após a assinatura do contrato, o adjudicatário terá **30 dias seguidos** para colocar toda a solução a funcionar e iniciar a vigência do novo contrato.

No caso da proposta adjudicada obrigar a mudança do atual operador de comunicações eletrónicas, o adjudicatário deverá efetuar a portabilidade de todos os serviços constantes do presente caderno de encargos e deverá disponibilizar um técnico da empresa para, presencialmente nas instalações do Município de Loulé e durante os dias que forem necessários, apoiar os utilizadores dos equipamentos móveis a efetuar a cópias dos contactos e outros documentos existentes nos telemóveis atuais (para os casos em que houver mudança de equipamentos).

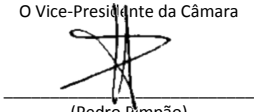
5.1. PREÇO UNITÁRIO POR ARTIGO

Na tabela seguinte são apresentados os artigos/serviços para os quais a proposta deve obrigatoriamente definir preços unitários em função das unidades em que são cobrados os respetivos serviços, sob pena de exclusão da mesma, e tal como solicitado no Programa de Procedimento, relativo aos documentos que constituem a proposta. Esta tabela é meramente indicativa dos valores que ficarão vinculados ao período em que vigorará o contrato. Grande parte dos preços unitários a incluir nesta tabela deverão ser utilizados para preencher o formulário da proposta na plataforma eletrónica utilizada para o presente procedimento e, a partir do qual, será calculado o valor total da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



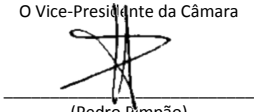
(Pedro Pimpão)

Código	Designação	Preço unitário
1	Preço por minuto do serviço de voz nacional (origem na rede Fixa)	
1.1	Para números dentro da VPN/intraconta (Fixa ou móvel)	0,000
1.2	Para a rede fixa Nacional (On-net ou Off-net)	
1.3	Para a rede móvel VODAFONE	
1.4	Para a rede móvel MEO	
1.5	Para a rede móvel NOS	
1.6	Para serviço número único 707	
1.7	Para serviço número único 808	
1.8	Para serviços informativos 118	
1.9	Para serviços informativos 1820	
1.10	Para redes internacionais – (País de referência França)	
1.11	Para redes internacionais – (País de referência Suíça)	
1.12	Para redes internacionais – (País de referência Argentina)	
2	Preço por minutos do Serviço de Voz Nacional (origem na rede móvel)	
2.1	Para números dentro da VPN/intraconta (Fixa ou móvel)	0,000
2.2	Para a rede móvel VODAFONE	
2.3	Para a rede móvel MEO	
2.4	Para a rede móvel NOS	
2.5	Para a rede fixa Nacional (On-net ou Off-net)	
2.6	Para serviço número único 707	
2.7	Para serviço número único 808	
2.8	Para serviços informativos 118	
2.9	Para serviços informativos 1820	
2.10	Para redes internacionais – (País de referência França)	
2.11	Para redes internacionais – (País de referência Suíça)	
2.12	Para redes internacionais – (País de referência Argentina)	
3	Preço por mensagem do serviço de SMS (origem na rede móvel ou plataforma WEB)	
3.1	SMS para números dentro da VPN/Intraconta	0,000
3.2	SMS para MEO	
3.3	SMS para NOS	
3.4	SMS para VODAFONE	
4	Preço por mensagem do serviço de MMS (origem na rede móvel)	
4.1	MMS para números dentro da VPN/Intraconta	0,000
4.2	MMS para outras redes nacionais (On-Net ou Off-Net)	
5	Pacotes de Dados no Telemóvel – valores mensais por pacote	
5.1	Pacote de Dados nos Telemóveis (2 GB)	
5.2	Pacote de Dados nos Telemóveis (3 GB)	
5.3	Pacote de Dados nos Telemóveis (5 GB)	
5.4	Pacote de Dados nos Telemóveis (7 GB)	
5.5	Pacote de Dados nos telemóveis (mínimo 15 GB)	
6	Pacotes de Dados para Tablets e Pens Banda Larga	
6.1	Pacote de Dados para Tablets e Pens Banda Larga (3 GB)	
6.2	Pacote de Dados para Tablets e Pens Banda Larga (7 GB)	
6.3	Pacote de Dados para Tablets e Pens Banda Larga (10 GB)	
6.4	Pacote de Dados para Tablets e Pens Banda Larga (mínimo 15 GB)	
7	Outras assinaturas - valores mensais por unidade	
7.1	Assinatura mensal de acessos básicos	
7.2	Manutenção de DDI's existente (gamas: 289400600 a 289400999,	



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

	289400560 a 289400579 e 289245400 a 289245409)	
7.3	Circuitos alugados ligados à VPN (telefones sem fios)	
7.4	Assinatura mensal de ½ primário	
7.5	Assinatura mensal de SIP trunk com 200 canais	
7.6	Assinatura mensal de SIP trunk com 5 canais	
7.7	Assinatura mensal dos serviços online de envio de mensagens	
7.8	Assinaturas mensal de linhas analógicas	
8	Dados em roaming - valores por MB - Megabyte	
8.1	Zona A: Países europeus fora da União Europeia	
8.2	Zona B: Resto do Mundo	
8.3	Zona C (países de exceção): Andorra, Angola, Argentina, Bermudas, Brasil, Butão, Cabo Verde, Canadá, Coreia do Sul, Colômbia, Egito, Chade, Emirados Árabes Unidos, Guam, Israel, Líbano, Nepal, Macau, Peru, Republica Dominicana, Tailândia, Timor, Togo, Ucrânia e Venezuela	

Tabela 1 – Artigos para os quais é necessário definir preço

5.2. PERFIL DE CONSUMO DE CHAMADAS

Abaixo expomos o quadro do perfil médio mensal de consumos efetuados pelo Município, apurado no período de 6 meses, devendo, no entanto, o mesmo ser considerado apenas como meramente indicativo.

As quantidades aqui apresentadas foram utilizadas no cálculo das quantidades estimadas para o período de vigência do contrato (quantidades estimadas que foram utilizadas no formulário principal da proposta), embora se tivesse inflacionado um pouco essas quantidades tendo em conta a previsão de aumento do consumo e de utilizadores.


PERFIL DE CONSUMO MÉDIO MENSAL – ORIGEM NA REDE MÓVEL E PLATAFORMA ONLINE (VOZ E SMS):

Tipologia (Origem – Destino)	Volume méd. mensal / min e sms
Voz - Intraconta móvel	12859
Voz – MEO	13122
Voz – Vodafone	7360
Voz - NOS	5607
Voz - Redes Fixas Nacionais	1000
Voz – Internacionais	16
SMS - Intraconta Móvel	4917
SMS - MEO	4267



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

SMS - VODAFONE	2610
SMS - NOS	2113

PERFIL DE CONSUMO MÉDIO MENSAL – ORIGEM NA REDE DE VOZ FIXA:

Fixo - Destino	Minutos/mês
Rede móvel MEO	6579
Rede móvel Vodafone	3350
Rede móvel NOS	3302
Rede fixa nacional	13123
Número Único Nacional (707)	282
Serviço Informativo 118	20